



Como as plataformas digitais têm (re)produzido as lesbianidades? Uma abordagem decolonial dos processos de plataformização das sexualidades

Julianna Paz Japiassu Motter¹

Resumo

O objetivo da presente pesquisa é investigar se, e de quais maneiras, as plataformas digitais têm operado na (re)produção das lesbianidades, através de um mapeamento e documentação que dê conta de como distintas plataformas (re)produzem a lesbofobia. Para isto, serão analisados, ainda, como os processos de colonialidade de dados e de tecnologias atuam em processos de acirramento das discriminações semiótico-materiais contra lésbicas. A pesquisa aborda a incidência desses processos contra lésbicas nas respostas (*outputs*) de plataformas advindas do Vale do Silício, e presentes em países da América Latina, com ênfase no Brasil. Percorreremos, inicialmente, as plataformas Instagram, o buscador da Google e o Twitter pelos acontecimentos e controvérsias gerados a partir dessas duas plataformas e que foram denunciados por usuárias como demonstrações de expressões lesbofóbicas engendrada em suas estruturas. Através de um enfoque teórico, baseado nas perspectivas decoloniais (Anzaldúa 2021; Ricaurte 2019) e nos debates sobre enviesamentos algorítmicos (Bucher 2018; Noble 2018; Silva 2019, 2020), analisaremos o enredamento entre os enviesamentos algorítmicos e a colonialidade de corpos, dados e plataformas desde a ótica das lesbianidades. Assim, busca-se compreender, também, de quais maneiras os algoritmos, e demais agenciamentos envolvidos nas plataformas digitais, acrescem aos dispositivos de sexualidade e gênero (Foucault 2013). Entende-se, para tanto, que estudar plataformas requer olhar para toda uma rede sociotécnica (Lemos 2013) e, para tal, propõe-se um método híbrido, de caráter cartográfico-genealógico, inspirado na Teoria Ator-Rede.

Palavras-chave: lesbianidades, plataformização, enviesamentos algorítmicos, decolonialidade, (in)visibilidades

Introdução

A proposta do presente trabalho é, a partir do conceito de racismo algorítmico (Silva 2020a) e da abordagem metodológica de sistematização das violências tecnológicas, proposta por Tarcízio Silva (2020a), refletir sobre as diferentes maneiras como as demais discriminações e opressões sistêmicas, com ênfase na lesbofobia, também estão engendradas nas tecnologias digitais. Através do mapeamento de expressões e respostas denunciadas por usuárias e

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Culturas Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

repercutidas na mídia, pretende-se demonstrar que não estamos tratando de episódios isolados ou *bugs* do sistema, mas de provas contra o ideal de neutralidade tecnológica, impulsionada pelos discursos e materialidades das próprias plataformas (Silva 2020^a, 2020b).

Autores/as como Tarcízio Silva (2020^a, 2020b), Safiya Noble (2018), Taina Bucher (2018) e Paola Ricaurte (2019) propõem análises críticas dos crescentes processos de plataformização das sociedades contemporâneas. Não se detendo apenas aos aspectos econômicos envolvidos no que tem sido chamado de capitalismo de vigilância, mas apresentando abordagens sobre os aspectos semióticos e materiais que têm sido (re)produzidos e mediados pelas tecnologias digitais. Ainda, abordam de quais maneiras tais aspectos são responsáveis por (re)instaurar regimes de (in)visibilidades (Foucault 1987; Bruno 2013), especialmente no que se refere às populações historicamente vulnerabilizadas. Essas pesquisas se localizam, portanto, na necessidade de compreender como essas tecnologias digitais têm (re)mediado violências sistêmicas. E isso significa que não basta mais olhar apenas para a superfície dos discursos “visíveis”, como a propagação do discurso de ódio, mas também dar atenção para aqueles discursos tão profundamente engendrados no funcionamento da própria estrutura, que passam despercebidos ou são naturalizados a partir de um discurso de neutralidade tecnológica.

Historicamente, os modos de produção no campo tecnológico privilegiam treinamentos e produções enviesadas em seus sistemas, incorporando, por exemplo, ideologias opressoras, discriminatórias e excludentes de seus/uas idealizadores/as. Além disto, são sistemas que, por vezes, são alimentados a partir de bases de dados que por si só já espelham as desigualdades e as discriminações vigentes na sociedade, já que dados não existem por si mesmos, mas são produzidos.

É assim que, inspirada na Linha do Tempo do Racismo Algorítmico, proposta por Tarcízio Silva (2020b), o objetivo do presente trabalho é o de mapear fatos e acontecimentos que possibilitem demonstrar um enredamento que constitui aquilo que se intenciona chamar de lesbofobia algorítmica. Neste primeiro momento de realização da pesquisa os casos escolhidos foram (1) denúncias feitas por usuários/as/es e (2) registros do próprio funcionamento das plataformas, identificados pela própria pesquisadora a partir das plataformas ou através de suas repercussões.

Após esta introdução, o artigo se divide em outras quatro partes: 1. uma apresentação do problema da lesbofobia e a maneira como ele é (re)reproduzido dentro do contexto de

Plataformização, Dataficação e Performatividade Algorítmica – PDPA (Lemos 2019a) e, mais especificamente, das violências algorítmicas; 2. uma apresentação dos percursos metodológicos produzidos; 3. uma discussão sobre o que nomeia como lesbofobia algorítmica; 4. uma apresentação e discussão sobre o que foi mapeado e, por fim, 5. uma conclusão para um campo que permanecerá em processo de (re)descobertas.

Nomear: as lesbianidades e as lesbofobias

Há diversas tensões envolvidas nas políticas de identidade, especialmente as que dizem respeito à uniformização de grupos estruturalmente diversos. Parte da importância reside na coletivização de demandas para garantia de direitos e políticas públicas que forneçam o mínimo de segurança social aos grupos historicamente vulnerabilizados. No entanto, algumas contradições emergem e precisam emergir a partir do reconhecimento institucional e/ou da formalização de determinados grupos, especialmente do que nos interessa discutir aqui, uma parte do grupo de sujeitos sintetizados pela sigla LGBTQI².

Ainda que a sexualidade seja transversal a todos os grupos populacionais, as discussões em torno da temática heterossexualidade compulsória (Rich 2012) e da cisheteronormatividade³ surgem – ou ganham destaque e peso social e político – no seio dos que são comumente chamados, hoje, como movimentos LGBTQI. A escolha de referir-se às lesbianidades, assumindo o plural do termo, remonta à necessidade de assumir a heterogeneidade do ser-lésbica de acordo com outros fatores e implicações, desde o recorte racial, até performance de gênero, contextos socioculturais etc. A maneira de experimentar as lesbianidades, portanto, não acontece de maneira uniforme, sendo recortada por outras questões de acordo com cada

²Embora não seja uma questão central no trabalho, opta-se aqui pelo uso da expressão LGBTI para referir-se aos sujeitos e coletivos que se incluem nos movimentos de sexualidades e gêneros dissidentes, que têm se expressado e configurado de maneiras distintas desde o seu surgimento e atuações em diferentes espaços e territórios. A expressão escolhida está de acordo com o fixado pela Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e acredito que, em termos de produção acadêmica, quando não for o objetivo construir um debate aprofundado sobre o termo utilizado para referir-se ao movimento, é prudente eleger aquele que tem sido utilizado na construção de políticas públicas. Com isso, não é pretendido o apagamento ou a invisibilidade de outras identidades ou (des)identificações, mas a simplificação de um debate extremamente delicado e complexo, cuja necessidade não é central para compreensão do uso do termo no trabalho.

³O termo “cisheteronormatividade” se ao complexo jogo de poder que impõe aos corpos não apenas a heterossexualidade compulsória (Rich 2012), mas também o cissexismo ou a cisheteronormatividade enquanto padrões de gênero e performance a serem cumpridos. Para maior aprofundamento na discussão, sugere-se a leitura do artigo Cisheteronormatividade como instituição total (Rosa 2020).

contexto e sociedade, além das características que atravessam essas sujeitas. De maneira conceitual, no entanto, as lésbicas são aquelas sujeitas que têm seus relacionamentos sexuais-afetivos exclusivamente com outras mulheres⁴. Jack Halberstam (2008) destaca a maneira como existem formas mais ou menos aceitáveis de ser lésbica. Isso é expresso inclusive em termos de nomenclatura, onde a própria lesbianidade é questionada e substituída por outros termos e identidades, como sapatão, sapatona, fancha, caminhoneira, *butch*, *dyke*, bofinho etc.

Portanto, se afirmamos que existem maneiras distintas de ser lésbica, existem, também, maneiras distintas de configuração das próprias lesbofobias. Para entender, no entanto, do que se trata a lesbofobia, é necessário recuperar os conceitos de homofobia ou de LGBTQIfobia para compreender as particularidades de cada violência, seja tanto no campo simbólico, quanto no campo material. Da mesma forma que, durante um longo período, o movimento LGBTQI foi comumente reconhecido como Movimento Homossexual, a nomeação da violência perpetrada contra sujeitos de gênero e sexualidade dissidentes passou por diversas modificações no decorrer do tempo, passando, também, pela especificação requerida pelas diferentes parcelas constituintes da própria sigla.

Assim, a lesbofobia não consiste no mesmo tipo de violência da homofobia. Ambas são expressões de um discurso de ódio – se ampliarmos nosso entendimento sobre discurso de ódio enquanto a linguagem em si mesma, mas, também, enquanto práticas que expressam discursos de ódio – direcionado a pessoas fora de uma matriz cisheteronormativa, mas são violências que se constituem de maneira distinta, quando compreendemos que lésbicas levam, pelo menos, um outro marcador: o marcador do gênero e que, nas sociedades ocidentais, mulheres são mais vitimadas pelas violências.

Este artigo se situa nos estudos críticos dos processos de PDPA, partindo da compreensão de que plataformas não são construções neutras ou sem valores morais e/ou

⁴É importante ressaltar que o conceito de lesbianidades, ou do que consistiria no ser-lésbica, exige uma discussão mais aprofundada sobre o que significa ser mulher e sobre a expansão de conceitos e debates que permitam a inclusão de mulheres trans – afastando a noção, portanto, de uma lógica biologizante do corpo – e que, simultaneamente, também esteja apto a agregar outros sujeitos trans, tal como pessoas não binárias ou lésbicas que, de diversas maneiras, se afastam da identificação com a categoria social mulher. Para elucidar essa discussão no que consistiria ser-mulher nas sociedades ocidentais, recomenda-se tanto a leitura de viés racial, a partir da fala de Sojourner Truth (1851), do livro *E eu não sou uma mulher?*, de bell hooks (1981) e, sobre o tensionamento dessa categoria a partir da sexualidade, a conferência proferida por Monique Wittig, onde ela questiona se as lésbicas não são mulheres. Para destacar a importância do aprofundamento nesse tipo de debate, que entende a heterossexualidade – e simultaneamente, a branquitude – como matriz de inteligibilidade e de constituição da mulher, utilizaremos o termo sempre acompanhado do asterisco, com a grafia *mulher*/mulheres**. Esse tema será melhor discutido em um capítulo da tese.

sociais já engendrados, mas sim estruturas com normas e valores previamente inseridos (Dijck, Poell, Waal 2018; Gillespie 2018; Couldry & Hepp 2016; Lupton, 2016; Morozov 2017; Zuboff 2020). Compreende-se a PDPA, portanto, como um grande ecossistema de produção midiática e tecnológica, em que diferentes tipos de plataformas atuam na construção de percepções, (in)visibilidades e comportamentos a partir do viés algorítmico.

A lesbofobia algorítmica, portanto, consiste em em um tipo de resposta automatizada que tem como horizonte (re)mediar e impulsionar a heterossexualidade compulsória e a cisnormatividade como modelos de comportamento, de moral e de corporeidade, tendo como suas principais vítimas as mulheres* que se relacionam sexo-afetivamente com outras mulheres*. Esse tipo de manifestação lesbofóbica está localizada, portanto, nas respostas de diferentes plataformas e tecnologias digitais no que tange a existência e a permanência e a (in)visibilidade dessas sujeitas nessas ambiências.

Enredamentos metodológicos

A verdade é que refletir sobre fenômenos e processos sociais em contextos de plataformização exige saídas metodológicas engenhosas que possam dar contorno e traços de nitidez a processos que são bastante opacos e de muita fluidez. Esse artigo se detém, portanto, a analisar um dos aspectos relacionados a esses dispositivos comunicacionais e geradores de controvérsias contemporâneas, mais especificamente as denúncias das usuárias sobre o enviesamento das plataformas e outras formas de registro desse enviesamento algorítmico, mas especificamente os conteúdos noticiosos. Dando destaque à moderação algorítmica e a curadoria do visível promovida por essas plataformas (Bruno 2013), através desses registros de expressões da lesbofobia algorítmica.

Todas as respostas de plataformas digitais passam por uma escolha/moderação algorítmica em um ou mais níveis. Esse tipo de escolha/moderação interfere na construção de sentidos e imaginários sobre o que está sendo perguntado e/ou solicitado. Não nos interessa apontar aqui, no entanto, se essa tomada de decisão é feita por agentes humanos ou não-humanos, mas compreender que existe toda uma rede sociotécnica que permite esse tipo de visualização. Os processos de plataformização da sociedade (Van Djick; Poell; Waal 2013) fazem com que algoritmos (re)criem imagens o tempo todo, haja vista que a maior parte dos

processos e das interações sociais são, hoje, (re)constituídos— e (re)mediados⁵— a partir de algoritmos. Neste sentido, imagens criadas por algoritmos não são meramente visuais, mas estratégias de organização de sentidos e imaginários, são produções material-semióticas⁶.

Através da apresentação dos eventos mapeados e posterior categorização dos acontecimentos, é possível visualizar o que se nomeia como lesbofobia algorítmica. Pretendendo demonstrar, portanto, que não são apenas episódios isolados, mas toda uma rede de acontecimentos-estruturas (Barad 2003) que podem ser úteis para pensar outros fatos e outros componentes que auxiliam a compreender os processos de plataformização e como afetam diferentes sujeitos.

Nomear para dar respostas

Controvérsias relacionadas à censura de conteúdos LGBTI online (Ziller et al. 2019; Southerton et al., 2020) foram apontadas em estudos que demonstram o quanto “esses sistemas de classificação de conteúdo e as respostas das plataformas às críticas públicas operam como tecnologias produtoras de normas” (Southerton et al. 2020: 2). Isso demonstra a existência de outras expressões normativas que não somente a censura explícita de determinados termos e/ou conteúdos⁷, assim como outros tipos de rastros digitais a serem mapeados, que corroboram uma diversidade de estratégias que impõem, como horizonte, a cisheteronormatividade enquanto único imaginário-realização possível.

As tecnologias digitais, desde o momento de seu desenvolvimento, já reproduzem relações de poder e opressão existentes em nossas sociedades (Haraway 2019; Silva 2020a;

5Muito tem sido falado e produzido sobre a mediação das tecnologias digitais na fabricação/produção de fatos e fenômenos sociais. O termo “remediado” aqui pretende abrir uma brecha para discussão do caráter paliativo creditado a essas tecnologias de que, por exemplo, elas podem salvar ou resolver ou solucionar os problemas correntes dos indivíduos e da própria humanidade. Essa noção salvacionista acrítica das tecnologias digitais e dos processos de plataformização e datificação tem sido apontada como um equívoco, e mesmo como uma armadilha, por autoras como Donna Haraway em sua obra *Seguir com el problema: Generar parentesco em el Chthuluceno* (Bilbao: Consonni, 2019) e por Evgeny Morozov (2017), que critica o solucionismo tecnológico e tem sido um dos mais ferrenhos e famosos críticos a esses processos.

6Por “material-semiótico”, estamos recorrendo à expressão comumente utilizada por Donna Haraway (2011) que salienta a maneira como tudo que se (re)produz em termos de sentido, também se reproduz materialmente e vice-versa.

7Por censura explícita refere-se, por exemplo, às políticas de uso e permanência de algumas plataformas que delimitam o que pode ou não aparecer em suas ambiências, como é o caso da pornografia no Instagram. Ainda que alguns usuários consigam burlar esse interdito e, sobretudo, que a própria plataforma interprete o que é pornográfico de acordo com suas automatizações, interpreta-se enquanto censura explícito o tipo de proibição que está devidamente explicitada nos documentos da plataforma.

Morozov 2017; Zuboff 2020). O contexto em que a produção tecnológica — e o próprio monopólio — se insere faz com que já exista, a priori, o favorecimento de um “treinamento enviesado de sistemas que não apenas pressupõe uma tendenciosidade, mas que “intensificam discriminações e opressões” (Silva 2020^a: 124) em um mundo profundamente marcado por essas violências materiais e simbólicas em todas as esferas. Entendemos, portanto, que é preciso nomear para dar visibilidade (Lorde 2019) conferir existência e demandar respostas.

O conceito de microagressões de Pierce (Pierce 1969; 1970 *apud* Silva 2020) é uma tentativa de compreender e categorizar aquelas violências mais tênues e naturalizadas que ultrapassam a esfera do explícito, “o uso do termo ‘micro’ não se refere necessariamente ao grau de virulência, mas antes a pervasividade” (Silva 2020^a: 125). Os discursos e práticas sutis que reforçam ou reiteram a subalternidade (Butler 2015) são demonstrações de microagressões. Dentro dessa conceituação, as opressões e violências algorítmicas podem ser vistas como microagressões (Silva 2020a; Tynes et al. 2016), podendo ser ampliada no que diz respeito às questões de gênero e sexualidade, sendo possível observar e mapear a lesbofobia algorítmica também a partir da perspectiva das microagressões digitais (Silva 2020a), como demonstra Silva (2020a), ao constatar que a abordagem que foca nas agressões explícitas:

Não é suficiente para dar conta dos modos pelos quais indexação, busca e descoberta de mensagens online - sobretudo com a crescente automatização - podem ter impacto na vida e saúde mental de grupos minorizados. Acreditamos que o uso do conceito de microagressões e a consequente taxonomia tentativa de casos documentados pode trazer benefícios à pesquisa sobre racismo algorítmico, através de alguns pontos: realizar a própria construção de taxonomia como exercício reflexivo; servir como ferramenta mediadora de marcação das trajetórias dos debates e casos; e permitir desenvolver categorias tentativas para articulação com o campo (Silva 2020^a: 124).

Há uma “importância da discussão e tipologia das microagressões aos estudos de vieses, discriminações e racismo algorítmico” (Silva 2020^a: 134). Debater sobre as microagressões plataformizadas possibilita a desnaturalização da falácia da neutralidade tecnológica, além de um aprofundamento nos debates sobre a periculosidade desses sistemas automatizados na construção material-semiótica das coisas. Assim, tornando cada vez mais possível confrontar as plataformas – compreendendo que as plataformas são uma rede, onde estão envolvidos seus discursos, designs, interfaces, documentos legais, desenvolvedores, *stakeholders*, usuários etc

– sobre as respostas que têm sido dadas e o que as máquinas têm aprendido sobre determinados grupos e sujeitos (Silva 2020a).

Da mesma forma que o uso da expressão “algoritmo racista” em contraposição ao “racismo algorítmico” dá a sensação de que se trata de um algoritmo isolado em um contexto muito específico, isolar a lesbofobia algorítmica retira a concepção sistemática do evento. A verdade é que não se trata apenas da resposta isolada de um sistema de automação, mas de todo um sistema de saber-fazer – dentro de uma lógica de conhecimento-poder – e que faz-fazer – dentro de uma lógica performativa – de mundo que reproduz o racismo e as violências sistêmicas em todas as suas práticas, incluindo as tecnológicas (Bucher 2018; Noble 2018; Silva 2020a; Tynes et al 2019).

Assim, inspiradas pelo percurso metodológico de Silva (2020a), primeiro definiremos tipos de microagressões lesbofóbicas – plataformizadas – para, depois, apresentar um mapeamento dos casos que exemplifiquem a Lesbofobia Algorítmica.

Tipos de lesbofobias nas plataformas.

A partir dos tipos de microagressões raciais (Tynes et al. 2019) estabelecemos as seguintes categorias de microagressões lesbofóbicas, como tipos de microagressões que acontecem dentro e fora das tecnologias digitais – microagressões plataformizadas e/ou entrelaçadas. Outros tipos poderão surgir no decorrer da identificação de eventos algorítmicos, mas de antemão alguns deles já podem ser identificados, tais como:

Hipersexualização: alimenta a ideia de que a sexualidade de mulheres e, especialmente, de mulheres que se relacionam com outras mulheres está ao serviço dos homens. Esse tipo de lesbofobia está relacionada à hipervisibilidade negativa (Silva 2020a), já que há um grande volume de conteúdos — geralmente visuais —, para além de um grande acesso —resultado de uma busca dos/as próprios/as usuários/as e da alimentação dos sites indexados na produção de conteúdo e no patrocínio dos mesmos —, mas esses conteúdos estão associados à construção de uma imagem violenta e negativa sobre quem são as lésbicas e o que são as lesbianidades.

Invisibilização: tipo de censura, a repressão está associada a uma tentativa de restringir os espaços, além de controlar os corpos e, inclusive, puni-los em uma espécie de criminalização. Está associado a um esforço de tornar anômalos e abjetos os desejos e vivências fora da

cisheternormatividade. Simula, em vários momentos, que lésbicas não existem ou que sua identidade não é válida ou mesmo perigosa e contagiosa⁸ e, por isso, não pode ser visível.

Deslegitimação: associada à noção de que lésbicas não são sujeitas legítimas e que, portanto, não devem ter sua permanência assegurada nos espaços. Seus esforços, presenças e contribuições não são reconhecidas, reforçando que lésbicas, de modo geral, ao longo da história “experimentaram outros hiatos e suas questões políticas não foram devidamente discutidas” (Marcelino 2011: 15).

Normatização: determina que todas as lésbicas precisam cumprir a um padrão normativo que está mais próximo daquilo esperado e imposto às mulheres. Reafirma a maneira como existem formas mais ou menos aceitáveis de ser lésbica (Halberstam 2008). Reforça, além da lesbofobia, práticas racistas, transfóbicas, capacitistas, gordofóbicas, classistas, normativas de performances de gênero, entre outras.

A partir dessa proposição, apresentamos uma tabela dos casos de lesbofobia algorítmica mapeados, entendendo a maneira como as plataformas e tecnologias digitais têm automatizado e aperfeiçoado essas microagressões:

| Caso de Lesbofobia | Categoria | Ano |
|--|-------------------------------------|------------|
| Algorítmica | | |
| Google associa termo “lésbica” à pornografia (MOTTER, 2018) | Hipersexualização; Normatização; | 2018 |
| Twitter não verifica perfis de lésbicas negras influentes ⁹ | Deslegitimação; Normatização; | 2020 |

8“O ódio às lésbicas existe como parte integrante do patriarcado uma vez que elas são consideradas mulheres que não se submetem às normas heterossexuais que recorrentemente possibilitam a dominação masculina sobre as mulheres heterossexuais. A constatação de que as lésbicas não estão sujeitas a certos poderes exclusivos dos homens e que permeiam a relação deles com a maior parte das mulheres também pode ser motivadora de lesbocídios. Nestes casos, lésbicas são vistas como indomáveis e, portanto, perigosas” (PERES; SOARES; DIAS, 2018, p. 20).

9“Alô, @TwitterBrasil, @verified, @MomentsBrasil: Como assim vocês ainda não verificaram a primeira artista da MPB a falar publicamente com naturalidade sobre ser sapatão em plena na ditadura militar? @lecibrandaof#verificasapatao”. Disponível em: <<https://twitter.com/Sapataoamiga/status/1290347641784737794>>.

| | | |
|---|--|------|
| Facebook censura foto de lésbicas encostando a testa ¹⁰ | Invisibilização; Normatização; | 2020 |
| Bot afirma que “realmente odeia lésbicas” ¹¹ | Deslegitimação; | 2021 |
| YouTube coloca em “Modo Restrito” conteúdos lésbicos e LGBTI ¹² | Deslegitimação; Invisibilização; | 2017 |
| Tumblr caracteriza conteúdos lésbicos e LGBTI enquanto sensíveis ¹³ | Deslegitimação; Invisibilização; | 2017 |
| Redes sociais bloqueiam publicações com termos como “sapatão” ¹⁴ (FIGUEIREDO; VARON, 2020) | Deslegitimação; Invisibilização; Normatização; | 2020 |

Tabela 1 Casos de Lesbofobia Algorítmica
Fonte: autora

Acompanhando acontecimentos

Em plataformas de redes sociais, todos os processos – de moderação, permanência, segurança, distribuição etc – passam por algum nível de automação e aprendizado de máquina. Nesta seção, vamos explorar algumas das denúncias coletadas, que fazem parte de um escopo mais amplo de uma pesquisa de doutoramento, e verificar as respostas que as plataformas – em seus documentos e/ou declarações – dão a cada caso.

Em agosto de 2020, durante o período que marca o Mês da Visibilidade Lésbica, produtoras de conteúdo lésbicas se organizaram coletivamente para solicitar a verificação de

¹⁰Disponível em: <<https://dentrodomeio.com.br/mundo/facebook-censura-foto-de-lesbicas-encostando-as-testas/>>.

¹¹Disponível em: <<https://www.inputmag.com/culture/south-korean-chatbot-lee-luda-killed-off-for-spewing-hate>>.

¹²Disponível em: <<https://twitter.com/YouTubeCreators/status/843613347367079937>>.

¹³ Disponível em: <<https://www.engadget.com/2017-06-25-tumblr-fixes-safe-mode-issue-lgbtq.html>>.

¹⁴Um outro exemplo aconteceu na Austrália com o termo dyke, que é comumente traduzido como sapatão. Disponível em: <<https://www.abc.net.au/news/2017-07-06/facebook-banning-algorithms-block-lesbians-from-using-dyke/8676284>>.

seus perfis nas plataformas de rede social Instagram e Twitter. A verificação, para produtores/as de conteúdo, especialmente aqueles/as envolvidos/as em redes de ativismo e de garantia por direitos, consiste na possibilidade de ter maior segurança garantida pela plataforma no que diz respeito ao uso indevido dos conteúdos publicados, a invasão das contas e mesmo no caso de criação de perfis *fakes*.

A produtora de conteúdo, pesquisadora e ativista Ana Claudino, do perfil @sapataoamiga, teve sua conta no Instagram clonada por alguém que utilizou suas imagens e dados para seguir usuárias e solicitar informações pessoais. Após divulgar a denúncia por meio de seu perfil, a ativista demandou à plataforma que tomasse alguma atitude em relação à autenticidade de seu perfil e conta:

Essa é minha única conta!!! Criaram um perfil fake meu e estão usando minhas fotos para marcar encontros com lésbicas! Essa pessoa não sou eu! Eu não fico por aí pedindo whatsapp de ninguém e nem tentando encontrar. Tomem cuidado porque pode ser uma pessoa com intenções ruins e até perversas! Já tentei diversas vezes o selo de verificação, mas o @instagram só me ignora! Marquem o Instagram aqui nos comentários, por favor (Claudino 2020).

Várias usuárias marcaram o perfil do Instagram em um esforço de mobilização por alteração na política de verificação da plataforma, mas não houve nenhuma resposta ou mudança empreendida pela plataforma, que possivelmente não captou aquela manifestação e nem as solicitações que já haviam sido feitas.

Ainda, motivadas por movimentos de verificação no Twitter, como por exemplo, o #verificaPCD, que buscava, através do selo, mais destaque e segurança para as Pessoas com Deficiência presentes na plataforma, os perfis @sapataoamiga, @pretacaminhao, @afrocaminhao e outras produtoras de conteúdo lésbicas, integrantes da coletiva @brejovirtual, iniciaram, no Twitter, a campanha #verificasapatao. A hashtag pretendia conseguir que perfis de produtoras de conteúdo lésbicas negras, indígenas, trans, PCDs, periféricas, dentre outras, fossem verificadas. Embora a campanha tenha chegado aos *Trending Topics*, nenhum dos perfis foi verificado, ao contrário da campanha #verificaPCD, que teve vários perfis verificados, independente do número de seguidores — um critério comumente utilizado para definir a relevância de perfis. O fato de determinados perfis ou grupos serem verificados mais facilmente do que outros abre questões sobre a falta de transparência desse tipo de processo automatizado – e, portanto, algorítmico – das plataformas.

No caso do Twitter, o selo da plataforma tem a função de informar os/as usuários/as sobre a autenticidade daquela conta (Twitter 2021). E, por exemplo, para uma conta ser verificada, ela “deve ser notável e ativa”. O próprio Twitter define quais são os seis tipos de contas notáveis (Twitter 2021) que já foram categorizadas e verificadas pela plataforma. São as contas de: 1. governo; 2. empresas, marcas e organizações sem fins lucrativos; 3. organizações de notícias e jornalistas; 4. entretenimento; 5. esportes e esportes eletrônicos; 6. ativistas, organizadores e outros indivíduos influentes. Em 2020, o Twitter noticiou que o recurso de verificação na plataforma estará submetido a processos de inscrição pública — cuja periodicidade ainda não foi divulgada —, ou seja, as verificações não poderão mais ser solicitadas a qualquer momento pelos/as usuários/as. As ferramentas de análise do selo, supostamente, passarão por uma revisão dos seus processos para tornar as referências mais democráticas— como considerar o número de seguidores/as de acordo com a região e não com o país, dando a devida proporcionalidade à influência daquele perfil¹⁵.

O selo de autenticidade do Instagram, por outro lado, afirma considerar “diversos fatores durante a análise de contas do Instagram para determinar se elas são de interesse público e cumprem nossos critérios de verificação” (Instagram 2021). Segundo informações disponíveis na Central de Ajuda do Instagram, para receber o selo a conta precisa, primeiro, estar de acordo com os Termos de Uso e as Diretrizes de Comunidade, para só então responder aos seguintes critérios: ser autêntica; única; completa e notável.

No caso do Instagram, receber o selo de autenticidade “significa que o Instagram confirmou que uma conta é a presença autêntica da figura pública, da celebridade ou da marca global que representa” (Instagram 2021). Para o Instagram, uma conta notável é uma conta que “deve representar pessoas, marcas ou entidades famosas e muito pesquisadas. Analisamos contas que aparecem em várias fontes de notícias” (Instagram 2021). Em setembro de 2020, a plataforma afirmou que trabalharia para incluir mais indivíduos de grupos minorizados dentre os/as detentores/as de seu selo, o que tornaria o processo mais transparente, menos relacionado

15“Twitter dá detalhes sobre novo processo de verificação de conta”. Disponível em:<<https://olhardigital.com.br/2020/12/18/noticias/twitter-da-detalhes-sobre-novo-processo-de-verificacao-de-conta/?gfetch=2020%2F12%2F18%2Fnews%2Ftwitter-gives-details-about-new-account-verification-process%2F>>. Acesso em: 3 jan. 2021.

ao número de seguidores de um determinado perfil e mais associado a critérios externos de relevância ou representatividade, como presença em artigos jornalísticos¹⁶.

Além dos aspectos de segurança citados anteriormente, plataformas tendem a impulsionar o conteúdo de contas com o selo de autenticidade. Ação que é almejada por aqueles/as que produzem conteúdo para as redes sociais. Os critérios usados para determinar o “interesse público” e “influência” elencadas pelas plataformas são desconhecidos e vários critérios podem ser utilizados para medir esse tipo de questão, que é deliberadamente subjetiva. Para além disso, tais critérios são, atualmente, o fruto e a mais-valia das próprias plataformas. O Instagram segue sendo um “um dispositivo privilegiado para mapearmos trajetórias contemporâneas em disputa nas relações entre olhar, tecnologia, imagem, economia e subjetividade” (Bentes 2018), portanto, acontecimentos que se desenrolam na plataforma dizem muito sobre a maneira como as plataformas de redes sociais, em geral, têm (re)mediado processos.

Historicamente, as narrativas das lesbianidades são cercadas por hiatos, especialmente ao tratar da presença de lésbicas negras, indígenas, trans, periféricas, de lésbicas com deficiência, lésbicas gordas, etc. Essa invisibilização da multiplicidade das existências e vivências lesbianas também resvala nas tecnologias digitais e é, novamente, mediada pelos algoritmos de algumas plataformas, que respondem¹⁷ às lesbianidades de diferentes formas. Usuárias que correspondem a um determinado padrão do que deve significar ser lésbica — mais alinhada à branquitude e à cisheteronormatividade — têm mais facilidade de serem verificadas/autenticadas pelas plataformas.

Outros casos tocam no que diz respeito à uma expressão da moderação algorítmica desigual automatizada de termos e imagens relacionadas às lesbianidades¹⁸, ressaltando a crença de que a publicização das lesbianidades pode causar mal, ferir políticas de uso e

16“Instagram revisa critérios de ‘verificação’ para incluir minorias”. Disponível em: <<https://www.tecmundo.com.br/redes-sociais/177567-instagram-revisa-criterios-verificacao-incluir-minorias.htm>>. Acesso em: 7 jan. 2020.

17O uso do termo “respondem” tem a ver com o fato de que as relações com as tecnologias e, especialmente, com as plataformas devem ser pensadas na lógica do input e do output, entendendo que solicitamos/perguntamos (input) coisas e recebemos

18“Facebook censura foto de lésbicas encostando as testas” no site DentroDoMeio. Disponível em: <<https://dentrodomeio.com.br/mundo/facebook-censura-foto-de-lesbicas-encostando-as-testas/>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

segurança, estar associadas à pornografia, nudez, incitação à violência — conforme afirmam funcionar os termos de uso e políticas de permanência das plataformas de redes sociais.

Ainda, a fetichização dos corpos lésbicos através da pornografia é uma resposta comum dos buscadores e já foi motivo de diversas manifestações de desagravo. Como exemplo, observa-se a campanha a #SEOLesbienne¹⁹, que aconteceu no Twitter em 2019, e foi responsável por impulsionar a Google a rever o *Search Engine Optimization* de seu buscador, alterando o funcionamento de sua ferramenta de pesquisa e, dessa forma, também a apresentação de resultados. Outros buscadores, como do Bing, Yahoo e mesmo do YouTube (Ziller et al. 2019) frequentemente apresentam resultados pornográficos.

Buscadores de informação, websites e imagens são uma tecnologia essencial para o uso contemporâneo da internet por pessoas comuns e profissionais. Em grande medida, indicadores mostram que a maior parte das pessoas não navega por muitas páginas, focando nos primeiros resultados. Portanto, a ordem dos resultados – definida algorítmicamente – tem papel relevante na reprodução de representações e acesso a informações consoantes ou dissonantes de olhares hegemônicos ou contra-hegemônicos (Silva 2020^a: 132).

Os buscadores são a fonte de conhecimento da contemporaneidade (Gillespie 2018) e, simultaneamente, promotores de enviesamentos (Noble 2018). Não por serem necessariamente acessíveis, rápidos ou fáceis de utilizar, mas pela credibilidade dada a esses “oráculos”, que processam centenas de milhares de dados em segundos e apresentam em sua mão aquilo que você busca de maneira resumida e didática. Ante a plataformização da vida, também é possível observar a articulação de indivíduos com, e a partir de, os dispositivos e as plataformas, a fim de produzir sentidos sobre si mesmos, visto que as/os sujeitas/os são ambas/os produtos e consumidoras/es, nesse contexto (Lupton 2014).

E por que tudo isso importa? Porque algoritmos não apenas criam movimentos e devires, mas principalmente quando em buscadores ou em outras fontes de conhecimento, ajudam ou acabam por estabilizar sentidos e/ou informações sobre determinados sujeitos ou assuntos. A perpetuação de discursos de violência a partir da pornografia, que costumava ser o resultado

¹⁹“Palavra lésbica ‘pertence a nós’, diz criadora de campanha para corrigir algoritmo do Google”. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/entry/lesbica-google-entrevista_br_5d517ab5e4b0c63bcb1d91>. Acesso em: 2 ago. 2020.

principal do buscador da Google e, em contrapartida, uma movimentação social, como a campanha #SeoLesbienne, para a mudança nesse tipo de resposta algorítmica, demonstram não só a falsa neutralidade tecnológica que blinda ainda as plataformas, mas também a importância dos usuários na reformulação, no aperfeiçoamento e na constante vigilância desses algoritmos, cada vez mais presentes e uma questão de direitos humanos na contemporaneidade (Noble 2018).

Há uma opacidade algorítmica que media não apenas as (in)visibilidades provocadas por esses sistemas, mas também as consequências que elas têm em nossas sociedades (Silva 2020a), sendo que muitas dessas consequências ainda são imensuráveis ou estão ainda por vir. Os casos apresentados têm, em geral, a cisheteronormatividade como modelo de comportamento, moral e corporeidade, (re)mediado e impulsionado, também, por essas tecnologias digitais e de automação. No entanto, olhando de maneira interseccional (Anzaldúa 2021), é possível ampliar a lente e perceber a maneira como outros elementos e questões sistêmicas aparecem.

Considerações e apontamentos

Observar, descrever e, quando possível, nomear. Isto porque a taxonomia ajuda a dar sentido coletivo para vários fenômenos e demandar respostas, ao considerar que a “taxonomia é a ciência da identificação” (Bicudo 2004). No entanto, é importante atentar para a maneira como toda nomeação pressupõe, também, uma exclusão, isso significa que estamos falando de um processo de continuidades, onde ainda há muito a ser (re)produzido e mapeado. O presente trabalho, neste sentido, pretende muito mais abrir caminhos do que fechá-los.

Reforçamos a percepção de que tecnologias digitais (re)criam regimes de visibilidade (Bruno 2013; Foucault 1987) que, por sua vez, instituem modos de fazer ver e as coisas que são ou não vistas, afinal, as (in)visibilidades fazem parte de um jogo de poder (Foucault 1987). Assim, essa curadoria algorítmica do visível (Bentes 2019), o grande produto e mercado das plataformas digitais, abre questões como: de quais formas as diferentes plataformas têm (re)produzido as lesbianidades? Como as plataformas têm sido produzidas a partir das lesbianidades?

Partimos da compreensão, portanto, de que artefatos tecnológicos e práticas sociais se coproduzem (D’Andréa 2020) o tempo inteiro. Plataformas são espaços controlados, desenhados para incitarem e preverem comportamentos e é por estes e outros motivos, que

plataformas e algoritmos precisam ser uma preocupação social (Bucher 2018) e trazer à tona questões a serem discutidas coletivamente em variados espaços. E se “rede é o movimento da associação, do social em formação” (Lemos 2013: 35), os usuários e suas práticas também são fundamentais nos estudos sobre os processos de plataformização e suas consequências, já que as práticas culturais e institucionais estão inter-relacionadas nesse contexto (Poell; Nieborg; Van Djick 2020).

É de extrema importância, ainda, destacar que as discussões não podem ser limitadas a um tecnodeterminismo (Morozov 2017), esquecendo dos contextos sociais e econômicos que moldam essas redes e, sobretudo, livrando os/as usuários/as da responsabilidade daquilo que é consumido e/ou demandado das plataformas. As estruturas se baseiam em determinados vieses e lógicas desde sua concepção, mas as práticas também são responsáveis por alimentar grande parte das tendências. As tecnologias digitais não inventaram a violência e não constituem um mundo à parte. Nomear é um passo na direção de tornar público e demandar outras respostas. Mas, ainda, repensar os usos e apropriações que têm sido feitos das plataformas, e das demais tecnologias digitais, também é parte fundamental de um caminho complexo e cheio de outras variáveis.

Um outro ponto a ser destacado, é que quando falamos do silêncio das plataformas – que, provavelmente, não é uma resposta aleatória, mas sim estratégica – diante de solicitações de verificação de usuários/as vulnerabilizados/as socialmente, ou mesmo de conteúdos pornográficos como resposta dos buscadores, estamos falando de dois aspectos diferentes dos jogos de (in)visibilidades: um que diz muito sobre a invisibilidade em si, mas outro que expressa a hipervisibilidade negativa (Silva 2020a). Ambas as demonstrações, à sua maneira, consistem em microagressões digitais e ajudam a perpetuar e naturalizar violências já existentes em nossas sociedades, mas que são (re)produzidas e aperfeiçoadas em novos contextos. Compreender como essas (in)visibilidades têm sido (re)produzidas através da nomeação e de processos metodológicos arriscados é uma maneira de conferir existência a determinados fenômenos que não têm repercussão ou legitimidade nos discursos hegemônicos (Silva 2020a; 2020b). Fenômenos que provocam efeitos que são parte do inquantificável/indatificável da subjetividade.

Ainda, para trabalhos futuros, é de grande importância expandir o mapeamento: acompanhar com atenção os resultados dos buscadores — se não for a pornografia, o que será? —, as denúncias dos/as usuários/as nas plataformas, as respostas de inteligências artificiais. O

presente trabalho reside no esforço de desnaturalizar o que já é automático— dentro e fora das tecnologias digitais—, como os discursos lesbofóbicos profundamente engendrados e implícitos. Observar, descrever e, quando possível, nomear a lesbofobia algorítmica, porque trata-se de um problema coletivo a ser enfrentado no presente.

Referências

ANZALDÚA, G. 2021. *A vulva é uma ferida aberta & Outros Ensaios*. A Bolha Editora.

BARAD, K. 2003. *Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter Where*, 28(3).

BARROS, L. P. de; KASTRUP, V. 2015. Cartografar é acompanhar processos. P. 52 – 75. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA L. da. (orgs). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

BENTES, A. 2019. A gestão algorítmica da atenção: enganchar, conhecer e persuadir. In: POLIDO, F. B. P.; ANJOS, L. C.; BRANDÃO, L. C. C. (org.). *Políticas, internet e sociedade*. Belo Horizonte: IRIS.

BENTES, A. *MediaLab UFRJ » Quase um tique: economia da atenção, vigilância e espetáculo a partir do Instagram*. 19 jun. 2018. Disponível em: <<http://medialabufrj.net/projetos/quase-um-tique-economia-da-atencao-vigilancia-e-espetaculo-a-partir-do-instagram>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

BICUDO, Carlos E. de M. 2004. Taxonomia. *Biota Neotrop*. Campinas, 4(1): I-II. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-06032004000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BUCHER, T. 2018. *If... then: Algorithmic power and politics*. Oxford University Press.

CLAUDINO, A. (sapataoamiga). Rio de Janeiro, 26 de junho de 2020. *Instagram: usuário Instagram*. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CB6pqZSp_fQ/>. Acesso em: 8 ago. 2020.

D'ANDRÉA, C. 2020. Para além dos “dados coletados”: políticas das APIs e mediações algorítmicas nas plataformas de mídia social. *Anais da XXIX Compós*, Campo Grande.

Disponível em:

<http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_SARKMWQPI3PB37HE1626_30_8377_21_02_2020_12_34_47.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2021.

FIGUEIREDO, I.; VARON, J. 2020. *Visibilidade sapatão nas redes: entre violência e solidariedade*. São Paulo: CodingRights,

FOUCAULT, M. 1987. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes.

FOUCAULT, M. 1980. *Power/Knowledge Selected Interviews and Other Writings 1972 – 1977*. (ed Colin Gordon).

GILLESPIE, T. 2018. A relevância dos algoritmos. *Parágrafo*, 6(1): 95–121. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/722>>. Acesso em: 3 out. 2020.

HALBERSTAM, J. 2008. *Masculinidad Femenina*. Barcelona: Editorial Egales.

HARAWAY, D. 2019. *Seguir con el problema*. Generar parentesco en el Chthuluceno. Bilbao: Consonni.

HARAWAY, D. 2011. A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 17(35): 27-64.

INSTAGRAM. Quais são os requisitos para solicitar um selo de autenticidade no Instagram? *Central de Ajuda do Instagram*, 18 jan. 2021. Disponível em: <<https://help.instagram.com/312685272613322?helpref=related>>. Acesso em: 18 jan. 2021.

LEMOS, A. 2013. *A comunicação das coisas: teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume.

LEMOS, A. 2019^a. Desafios Atuais da Cibercultura. In: *Jornal Correio do Povo*, Caderno de Sábado, Porto Alegre, 15/6/19.

LEMOS, A. 2020. Epistemologia da Comunicação, Neomaterialismo e Cultura Digital. *Galáxia*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica., v. jan- abr (43): 54–66. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25532020143970>

LORDE, Audre. 1983. *Não existe hierarquia de opressão*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/nao-existe-hierarquia-de-opressao/>. Acesso em: 9 de set. 2021.

LUPTON, D. 2014. *Digital Sociology*. [s.l.] Taylor & Francis.

MARCELINO, S. R. S. 2011. *Mulher negra lésbica: a fala rompeu o seu contrato e não cabe mais espaço para o silêncio*. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18428/18428_1.PDF>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MOROZOV, E. 2017. Opposing the Exceptionalism of the Algorithm. In: VAN ES, K.; SCHAEFER, M. T. (Ed.). *The datafied society. Studying culture through data*. Amsterdam: Amsterdam University Press.

MOTTER, J. P. J. 2018. *Falar do ódio fora do ódio: testemunho de ativistas lésbicas sobre o discurso de ódio nas redes sociais*. Dissertação de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania. Universidade de Brasília.

NATANSOHN, L. G. 2013. (Org.). *Internet em código feminino. Teorias e práticas*. 1. ed. BuenosAires: La Crujía.

NOBLE, S. U. 2018. *Algorithms of oppression: How search engines reinforce racism*. NYU Press.

POELL, T.; NIEBORG D.; VAN DIJCK, J. 2020. Plataformização. *Revista Fronteiras - estudos midiáticos*, 22(1).

RICAURTE, Paola. 2019. Data Epistemologies, Coloniality of Power, and Resistance. *Television & New Media*, 1-16.

RICH, A. 2012. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(5).

SILVA, T. 2020a. “Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código”. In: SILVA, T. (ED.). *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: olhares afrodiaspóricos*. São Paulo: Editora LiteraRUA.

SILVA, T. 2020b. Linha do Tempo do Racismo Algorítmico. *Blog do Tarcízio Silva*. Disponível em: <<http://https://tarciziosilva.com.br/blog/posts/racismo-algoritmico-linha-do-tempo>>. Acesso em: 13, nov. 2020.

SOUTHERTON, C. et al. 2020. Restricted modes: Social media, content classification and LGBTQ sexual citizenship. *new media*.

TYNES, B. M.; LOZADA, F.T.; SMITH, N.A.; STEWART, A.M. 2018. From racial microaggressions to hate crimes: A model of online racism based on the lived experiences of adolescents of color. *Microaggression Theory: Influence and Implications*, 194-212.

TWITTER. 2021. Perguntas frequentes sobre verificação. *Central de Ajuda do Twitter*. Disponível em: <<https://help.twitter.com/pt/managing-your-account/twitter-verified-accounts>>. Acesso em 18 jan. 2021.

VAN DIJCK, J; POELL, T; WAAL, M. D. 2018. *The Platform Society*. New York: Oxford University Press.

ZILLER, J.; CARVALHO, F.V.; LAMOUNIER, G.; FACHARDO, I. R. J.; HOKI, L.; TEIXEIRA, L. P. F.; MORENA, M. 2020. Lesbianidades em rede: visibilidades e invisibilidades no YouTube. In: LAVITS. *Anais eletrônicos*. Salvador: Lavits, set. 2019. Disponível em: <http://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Ziller_et_all-LAVITISS-2019.pdf>. Acesso em: 3 out. 2020.

ZUBOFF, S. 2020. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca.